

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2095, de 2.003

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

### **VOTO EM SEPARADO**

#### **I –RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.095/03, de autoria do Deputado Coronel Alves, propõe a alteração da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

O relator do projeto, Deputado Jair Bolsonaro, apresentou um relatório favorável ao projeto na forma de substitutivo, ampliando direitos à militares com menos de 10 anos de serviços.

A intenção do projeto é regular o direito do militar à elegibilidade.

O projeto em análise aborda, de forma geral, o seguinte:

- regula o afastamento temporário do serviço ativo de militares com menos de dez anos de serviço, quando de sua candidatura a cargo eletivo;
- estabelece que o partido político informe à autoridade à qual o militar está subordinado sua designação na qualidade de candidato na convenção do Partido;
- regula o retorno do militar ao serviço ativo após realizadas as eleições;
- regula a remuneração e contagem de tempo de serviço do militar agregado para de candidatura a cargo eletivo;
- define o momento em que o militar é considerado filiado ao partido político.

Por despacho da Mesa, datado de 13 de outubro de 2003, o Projeto de Lei nº 2.095/03 foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos termos em que dispõe os art. 24, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Em 6 de outubro de 2005, o relator apresentou parecer pela aprovação do projeto, com substitutivo.

O projeto em análise será sujeito a emendas de Plenário na forma do art. 120 do RICD.

É o relatório.

#### **II - VOTO**

A eleição de militares das Forças Armadas é regida também pelos artigos 52 e 82 da Lei nº 6880, de 8 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares e pelo art. 14 da CF/88.

O Estatuto dos Militares, ao dispor sobre o assunto, observa as peculiaridades das Forças Armadas que pautam suas atividades sob duas condicionantes, a saber, uma voltada para o tempo de paz e outra voltada para um possível tempo de guerra, que lhes impõem encargos com convocação e formação anual de reservistas, com manutenção de reserva mobilizável, com a necessidade de possuir um contingente permanente (estável) e um contingente temporário (não-estável). Deve-se destacar, por exemplo, que no Exército Brasileiro a maioria dos postos de Tenentes, das praças na graduação de 3º Sargentos e da quase totalidade dos Cabos e Soldados, são militares não estabilizados (menos de 10 anos de serviços) que, ao se afastarem temporariamente, para concorrerem às eleições legislativas poderão comprometer a formação, adestramento e planejamento de emprego da reserva estratégica mobilizável e conseqüentemente a operacionalidade da Força Terrestre.

Tendo em vista a preservação dos princípios constitucionais da HIERARQUIA e DISCIPLINA, é conveniente que o militar com menos de 10 (dez) anos de serviço que se candidate a cargo eletivo, se desvincule totalmente da Instituição, para que a sua vaga seja preenchida.

A redação como apresentada no substitutivo do Deputado Jair Bolsonaro cria o risco de futuro conflito de normas ao dispor sobre o mesmo assunto de forma diferente daquela já estabelecida no Estatuto dos Militares da União.

A redação original estabelece o período de 10 (dez) dias após a eleição como parâmetro para fixar o limite máximo do afastamento do militar. A apuração de uma eleição, com todas as suas possibilidades de desdobramentos, por vezes imprevisíveis, aconselha a adoção de um parâmetro mais seguro e estável.

O substitutivo do relator apresenta a seguinte redação: “Para efeito de elegibilidade considera-se a filiação do militar ao partido no ato do seu registro na justiça”. No entanto, essa redação permite dupla interpretação, sendo que uma delas é de que se trata de registro do partido, o que não é o caso.

Outros aspectos a serem considerados são:

- a necessidade de compatibilizar o previsto no inciso I do § 8º do art. 14 da CF/88, e os previstos nos artigos 52 e 82 da Lei nº 6880, de 8 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, e o previsto anteriormente na lei 4737, de 15 de julho de 1965, no seu inciso I do Art. 98, atualizando no mérito, o Código Eleitoral.

- manifestações de cunho político são vedadas no âmbito da caserna, de sorte que integrantes da Força, ex-ocupantes de cargos políticos, prováveis candidatos à reeleição, no campo da hierarquia e da disciplina poderá significar transtornos;

- embaraços de ordem administrativa também ocorrerão, como por exemplo na reintegração de um militar afastado por 8 (oito) anos, com reflexo no estabelecimento dos planos de carreira, na escala hierárquica, na realização dos cursos de atualizações, no aferição de mérito pelos critérios de antiguidade e merecimento;

- tratando-se especificamente de militares temporários, é de se assinalar que os períodos de agregação e mesmo de afastamento devido a posse em cargo público ensejará pedidos judiciais de estabilidade.

Tendo em vista os argumentos acima, voto pela **rejeição** do substitutivo apresentado pelo relator Dep Jair Bolsonaro e pela aprovação do PL na forma do substitutivo que se segue.

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2095, DE 2003**

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

Autor: Deputado CORONEL ALVES

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta lei dá nova redação à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

Art. 2º O art. 5 e 98 da lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Não podem alistar-se eleitores:

I - os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

II - os que estejam privados, temporariamente ou definitivamente dos direitos políticos;

III - os estrangeiros;

IV - os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

“Art. 98. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

I – o militar que tiver menos de 10 (dez) anos de efetivo serviço, será, ao candidatar-se a cargo eletivo, excluído do serviço ativo, mediante demissão ou licenciamento *ex-officio*.”

II – o militar que contar mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, ao candidatar-se a cargo eletivo será agregado e se vier a ser eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a inatividade remunerada com os proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º O Juízo ou Tribunal que deferir o registro de militar candidato a cargo eletivo, comunicará imediatamente a decisão à autoridade a que o mesmo estiver subordinado, cabendo igual obrigação ao Partido, quando da escolha em convenção.

§ 2º O presidente de Junta ou de Tribunal que diplomar militar candidato a cargo eletivo, comunicará imediatamente a diplomação à autoridade a que o mesmo estiver subordinado, para os fins do inciso II deste artigo.

§ 3º O afastamento previsto no inciso II ocorrerá no ato do registro da candidatura na justiça eleitoral e até 10 (dez) dias após a proclamação oficial do resultado, momento em que o militar deverá retornar ao serviço ativo, sendo remunerado até o limite de 03 (três) meses, contando-se esse tempo somente para inatividade e promoção por antiguidade.

§ 4º Para efeito de elegibilidade, considera-se a filiação do militar ao partido político no ato do registro de sua candidatura na justiça eleitoral.

§ 5º O retorno ao serviço ativo de que trata o § 3º deste artigo deverá ser precedido de comprovação de desfiliação partidária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## LEGISLAÇÃO PERTINENTE

### LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, caput, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

#### PARTE PRIMEIRA

#### INTRODUÇÃO

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado.

Art. 98. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

I - o militar que tiver menos de 5 (cinco) anos de serviço, será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;

II - o militar em atividade com 5 (cinco) ou mais anos de serviço ao se candidatar a cargo eletivo, será afastado, temporariamente, do serviço ativo, como agregado, para tratar de interesse particular;  
(Vide CF/88, art. 14, § 8º, I)

III - o militar não excluído e que vier a ser eleito será, no ato da diplomação, transferido para a reserva  
ou reformado.  
(Vide Lei no 6.880, de 9.12.80, art. 82, XIV, e § 4º)

### LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## ESTATUTO DOS MILITARES

Art. 1º O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas.

Art. 52. Os militares são alistáveis, como eleitores, desde que oficiais, guardas-marinha ou aspirantes-a-oficial, suboficiais ou subtenentes, sargentos ou alunos das escolas militares de nível superior para formação de oficiais.

Parágrafo único. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas às seguintes condições:

a) se contar menos de 5 (cinco) anos de serviço, será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo mediante demissão ou licenciamento *ex officio* ; e

b) se em atividade, com 5 (cinco) ou mais anos de serviço, será, ao se candidatar a cargo eletivo, afastado, temporariamente, do serviço ativo e agregado, considerado em licença para tratar de interesse particular; se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizer jus em função do seu tempo de serviço.

Art. 82. O militar será agregado quando for afastado temporariamente do serviço ativo por motivo de:

XIV - ter-se candidatado a cargo eletivo, desde que conte 5 (cinco) ou mais anos de serviço.

§ 4º A agregação de militar no caso do item XIV é contada a partir da data do registro como candidato até sua diplomação ou seu regresso à Força Armada a que pertence, se não houver sido eleito.

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

### DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

**TEREZINHA FERNANDES**  
Deputada Federal  
PT-MA